

# idn brief

outubro de 2024

## BRICS

A China, o Sul Global e a *desocidentalização* das Relações Internacionais

Paulo Afonso B. Duarte

Flávio Silva

A Rússia e as Relações com os BRICS e o Sul Global: a construção de um mundo alternativo?

Pedro Ponte e Sousa

A Índia, o Sul Global e os BRICS

Paulo Carvalho Vicente

BRICS 2024: The Cement for Global South based Multilateralism?

Lisa Thompson

Brasil e a geometria variável

José Palmeira

### DIRETORA

Isabel Ferreira Nunes

### COORDENADOR EDITORIAL

Luís Cunha

### CENTRO EDITORIAL

António Baranita e Luísa Nunes

PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Instituto da Defesa Nacional

ISSN 2182-5327

Depósito Legal 340906/12

**idn** Instituto  
da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Telf: +351 211 544 700

idn.publicacoes@defesa.pt

## A China, o Sul Global e a desocidentalização das Relações Internacionais

**Paulo Afonso B. Duarte**

Docente na Universidade Lusófona e Professor  
Convidado na Universidade do Minho.

**Flávio Silva**

Doutorando em Ciência Política e Relações  
Internacionais na Universidade do Minho.

Consciente da importância de forjar uma participação mais ativa na governança global, a China de Xi Jinping tem procurado diversificar corredores de intervenção – terra, mar, digital, saúde e ecologia – como preconiza a *Belt and Road Initiative* (ou Faixa e Rota Chinesa). Estratégia holística e de longo prazo, a Faixa e Rota Chinesa (FRC) assenta num misto de *soft power*, financiamento logístico, mas também no postulado de que é possível o modelo de desenvolvimento chinês coexistir e, inclusive, superar certas dissonâncias subjacentes à tradicional ordem liberal.

Convicta de que as instituições de Bretton Woods há muito que não espelham a nova ordem pós-Guerra Fria, caracterizada pela emergência de novos atores, ameaças e desafios, a China tem sido timoneira de um novo multilateralismo de características chinesas que, em vários casos, se revela bem-sucedido, não obstante a China ser um ator tardio no multilateralismo. Saliente-se, como exemplo, o multilateralismo subjacente ao Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, à Plataforma 17+1 (hoje 14+1) especialmente pensada para uma cooperação mais profícua com os países da Europa central e de leste, à margem da parceria estratégica sino-europeia, que de verdadeiramente estratégica não tem tido praticamente nada à exceção da designação.

Todos estes exemplos de multilateralismo, aos quais devemos acrescentar a Organização de Cooperação de Xangai, o Fórum de Cooperação China-África, a FRC, entre outros, são deveras impressionantes pelo potencial de cooperação à escala regional e global. Mas também pela capacidade de superar gradualmente os *fora* de intervenção do Ocidente, que tem vindo a perder

a influência em África e na América Latina para a China e para a Rússia, não obstante os esforços da *Global Gateway* da União Europeia e do *Build Back Better World* dos Estados Unidos em conter os avanços da FRC.

Os principais destinatários das iniciativas multilaterais chinesas são os países menos desenvolvidos, sobretudo os designados por Sul Global. O objetivo da China consiste em erodir a hegemonia do Ocidente e da ordem internacional liberal, recuperando o ideário do movimento dos não-alinhados de forma a promover a sua própria retórica e uma nova ordem assente em diferentes normas e instituições. Ao mesmo tempo que esboça os contornos de uma nova estrutura de poder internacional, a China vai reescrevendo as relações internacionais, tanto do ponto de vista da governança global, como da sua leitura e interpretação através da promoção de uma 'Escola Chinesa das Relações Internacionais'. Deste modo, a China tem empenhado os seus esforços na promoção da *desocidentalização* das Relações Internacionais, tanto do ponto de vista empírico, como científico e académico.

Reflexo da agenda dinâmica da China no multilateralismo, sublinhemos que a 21 de setembro de 2021 Xi Jinping apresentou à Assembleia Geral das Nações Unidas a Iniciativa de Desenvolvimento Global, em articulação com a Agenda 2030 e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sugerindo uma governança global mais justa. Até à data, cerca de 100 países e instituições aderiram à iniciativa, sendo que o Grupo de Amigos da Iniciativa de Desenvolvimento Global reúne 68 Estados, incluindo Estados ocidentais como a Bélgica, a Alemanha, a Irlanda, Portugal, a Suécia, e os EUA.

O multilateralismo chinês arrisca tornar cada vez mais redundantes as instituições ocidentais forjadas no pós-Segunda Guerra Mundial. Não por responsabilidade da China, que há muito tem pugnado por uma voz mais ativa nas instituições pré-estabelecidas, mas por falta de visão do Ocidente, que não sendo capaz de conter a reemergência da *Pax Sinica*, procura isolar, sem sucesso, a China. Desta forma, a nova ordem multilateral *made in China* assenta numa expectativa de trazer mais força ao Sul Global, descontente com questões que abrangem a esfera económica (uma maior intolerância ao dólar como moeda privilegiada de transação e ao Consenso de Washington), a esfera ideológica (democracia *versus* regimes autocráticos marginalizados pelo Ocidente) e a esfera geopolítica (o eixo Pequim-Moscovo-Teerão-Islamabad-Pyongyang).

O multilateralismo de características chinesas não é, contudo, isento de pecados capitais, nomeadamente porque existe uma grande diferença entre a *Comunidade de Destino Comum* e pacifista que a China almeja criar e os desenvolvimentos práticos da atualidade. Ao fim e ao cabo, a China frustrou ainda mais as expectativas do Ocidente ao não ter condenado a invasão russa da Ucrânia. Acresce que uma potência que quer ser vista como benigna pela comunidade internacional persiste em construir ilhas artificiais ignorando por completo o Direito Internacional, ao reclamar como sua a esmagadora maioria do Mar da China Meridional. O multilateralismo chinês não é recíproco, na medida em que serve essencialmente para escoar produção, sem gerar grande valor para as economias dos Estados-membros da FRC. Neste sentido, não parece descabido afirmar que a FRC visa a substituição de uma Ordem Ocidental por outra liderada pela China. Muda a liderança, mas a dependência não desaparece, como atestam os Estados endividados à China.

## A Rússia e as Relações com os BRICS e o Sul Global: a construção de um mundo alternativo?

Pedro Ponte e Sousa

Universidade Portucalense e IPRI.

O Sul Global tem, genericamente, criticado a invasão da Ucrânia como uma violação do direito internacional e da soberania, mas também rejeitado a imposição de sanções internacionais à Rússia, a minimização do contexto histórico que produziu a acentuação do conflito, bem como boa parte da narrativa ocidental, que, na sua visão, sobrevaloriza este conflito enquanto ignora (ou alimenta) tantos outros, como a nova etapa do conflito no Médio Oriente veio demonstrar.

Do ponto de vista político-diplomático, pouco tem sido o apoio direto prestado aos objetivos da Rússia. Praticamente não existe apoio político concreto às pretensões da Rússia, e mesmo a ajuda militar é de reduzida monta. Uma série de Estados do Sul Global, especialmente os BRICS, tendo interesse na resolução do conflito, têm procurado salientar a impossibilidade da solução militar e posicionar-se como mediadores, apresentando soluções que evitam as agendas maximalistas de cada um dos contendores, e, portanto, afastando-se destes. A Rússia não tem conseguido uma maior proximidade com estes Estados, que poderia fortalecer a sua reputação no cenário internacional.

O fortalecimento das relações com o Sul Global serve objetivos táticos e estratégicos para a Rússia e para o Sul Global. Para a Rússia, é uma forma de diversificar relações económicas e políticas, antes demasiado dependentes do Ocidente, e acelerada pelas sanções ocidentais. A organização de grandes fóruns com Estados africanos, asiáticos e da América Latina tem sido uma marca da política externa russa dos últimos anos. Para esses Estados, o aprofundamento de relações económicas com a Rússia é visto como mutuamente vantajoso para o comércio, investimento ou turismo, e o desenvolvimento das relações

políticas permite ponderar a possibilidade de construção de relações internacionais menos centradas e dependentes do Ocidente. A redução da hegemonia dos EUA, e, de uma forma geral, da influência do Ocidente, é vista como um elemento em comum entre estes atores, especialmente interessados em determinar os seus próprios destinos sem interferências externas, e com parcerias entre iguais. Assim, a Rússia conseguiu explorar os piores legados da ação do Ocidente no Sul Global para seu benefício: a ideia de rejeição de novas formas de colonialismo e imperialismo; lógicas de não-alinhamento, evitando a submissão a interesses exógenos; e construção de alternativas mais próximas dos interesses históricos dos Estados do Sul Global.

Tal não é feito sem desafios para a Rússia e para o Sul Global. Primeiro, estes Estados não veem a Rússia como um parceiro ideal; aliás, não a entendem de forma diferente dos EUA nas suas ações no Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria. Segundo, as ferramentas ao dispor da Rússia são mais fracas do que no passado: menor poderio económico, reduzida credibilidade e imagem internacional, com impacto sobre a qualidade das suas relações políticas e influência; dificuldade em produzir um modelo de organização política, interno ou internacional, que promova a solidariedade entre estes Estados; e a dificuldade em promover uma descrição da realidade diferente da prevalente, num contexto de crescente guerra informacional e de domínio da comunicação estratégica. A China, ou, em menor grau, a Índia, poderão ajudar a colmatar alguns destes desafios, de forma limitada. Ainda assim, esse menor poderio e eficácia das suas ferramentas não é visto apenas de forma negativa; para boa parte do Sul Global, tal significa relações entre 'iguais', nivelando o terreno de jogo.

Os BRICS têm servido como uma ferramenta de especial interesse, para a Rússia, enquanto alternativa diplomática e económica, e para o Sul Global, enquanto reconstrução de relações procurando evitar modelos e instituições ocidentais. A recente inclusão do Egito, Etiópia, Irão, e Emirados Árabes Unidos, com a Arábia Saudita como participante frequente dos encontros, confere um peso relevante a esta organização: 35% do PIB, 45% da população

mundial, e com a tentativa de adesão para mais de 40 outros Estados, a sua relevância está em crescendo. Falharam as profecias de colapso, assentes na enorme diversidade de modelos de organização económica e política e distintos interesses de política externa e relações económicas internacionais.

Para o Ocidente, cabe lidar com um conjunto de questões concretas, quer relativamente ao conflito na Ucrânia, quer às futuras relações com a Rússia, com a China, e o conjunto do Sul Global. Naturalmente, para além da formulação encontrada para a resolução concreta do conflito em curso, sendo cada vez mais inevitável a solução negociada face ao impasse no terreno, fica a questão de que tipo de relações futuras terá com a Rússia, sabendo que a acentuação de uma política militarista na Europa, a par das sanções económicas, da redução de relações comerciais, do isolamento e retórica políticas acompanhado por tentativas de interferência na vida política interna russa, irão acentuar a percepção de ameaça e uma mentalidade de cerco que só terá consequências nefastas a prazo. Para o Ocidente, será essencial não alienar os seus parceiros no Sul Global, o que só será possível com uma abordagem que defenda e promova o Direito Internacional em todas as circunstâncias, que demonstre genuíno interesse pelos destinos destes Estados, e que procure, com os BRICS, e particularmente com a China e com a Rússia, a construção de uma cooperação tão duradoura como abrangente, disponível para procurar alternativas à narrativa de uma guerra inevitável ou a discursos anquilosantes e vácuos do bem contra o mal, da civilização contra a barbárie, que apenas acentuam a percepção de um nós *versus* os outros, que acentuam as dúvidas do resto do mundo sobre os objetivos e interesses do Ocidente.

## A Índia, o Sul Global e os BRICS

**Paulo Carvalho Vicente**

Professor na Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto.

Investigador do CEAD – Francisco Suárez.

A Índia apresenta-se hoje de uma forma evidente como um ator político de relevo à escala internacional, cujas ambições, ancoradas numa prosperidade interna, estão a moldar o cenário político global. Ao ter assumido a presidência do G20 em 2023, o país reforçou a sua voz no palco internacional, apoiando-se numa visão própria da estratégia do Sul Global que constitui o eixo da sua política externa.

Na referida presidência do G20, a Índia propôs e foi aceite que a União Africana se tornasse um seu membro permanente. A proposta indiana visava colher um maior apoio de África, que faz parte do Sul Global, e refrear a influência da China, que está a procurar estreitar os seus laços com o continente. É manifesto o potencial indiano quando olhamos para alguns dados, mas não sem algumas reservas: a Índia é a quinta economia do mundo, a segunda do grupo BRICS, após a China; uma população de mais de 1,44 mil milhões (à frente da China); porém, quase 25% da população ainda vive abaixo do limiar da pobreza (cerca de um terço da população mundial que vive com menos de 1,90 USD/dia reside na Índia). A solidez, bem como a crueza destes números, ajudam a compor uma estratégia de afirmação no Sul Global e no grupo BRICS.

Em janeiro de 2023 a Índia organizou o Voice of Global South Summit, momento a partir do qual no quadro diplomático começou a referir-se ativamente ao termo Sul Global. No seu discurso, o primeiro-ministro Narendra Modi notava que os países do Sul Global, com três quartos da população mundial, enfrentam os maiores desafios no futuro e revelou a determinação da Índia para agir como a sua voz. Com a invasão russa da Ucrânia, a Índia foi forçada a repensar a sua dependência da sua aliada Rússia e as relações com a vizinha China estão a deteriorar-se devido a disputas fronteiriças, o que requer a renovação do seu posicionamento global. Esta

situação levou à formulação da estratégia de Sul Global como o novo eixo da diplomacia da Índia. Na conceção indiana, o Sul Global corporiza três elementos: 1) a China fora do enquadramento, ascendendo a Índia a representante do mundo em desenvolvimento; 2) tendo presente o tradicional problema e contexto das disparidades Norte-Sul, o uso indiano do termo sugere o desejo de convocar vários temas delicados do hemisfério sul e colocá-los na agenda dos fóruns multilaterais conduzidos por potências, como o G7 e o G20; 3) intencionalmente, a Índia não esclarece quais os países que integram o Sul Global e qual o seu alcance, pelo que o conceito permanece vago. Desta ambiguidade resulta a possibilidade de todos os países, exceto a China e países desenvolvidos, estarem aqui incluídos e de a Índia ser o rosto do Sul Global, um grupo de países emergentes e em desenvolvimento, com a forma de um ator político único.

Nascido como resposta às dificuldades financeiras da Grande Recessão de 2008, o grupo BRICS ambicionava uma mudança no plano económico, concretamente na defesa de interesses comuns, como a coordenação no G20, proteção dos interesses do Sul Global nas crises financeiras globais e na promoção de reformas das instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Destacam-se como dois grandes avanços institucionais na área financeira, em 2014, o New Development Bank e o Contingent Reserve Arrangement, ambos com forte apoio indiano. Neste capítulo, o grupo BRICS pode ser considerado como um progresso moderado na reforma da arquitetura da governança global.

Em perspetiva histórica, a que Modi dá continuidade após a vitória em 2014 do partido BJP, caracterizado por um nacionalismo hindu, o multilateralismo para a Índia sempre foi definido como o âmbito da negociação, resolução de conflitos, manutenção da segurança internacional e resolução dos desafios económicos e sociais mundiais. Isto decorre do compromisso do país com o Movimento dos Não Alinhados, na sua origem, e com o sistema da ONU, e igualmente de uma autonomia estratégica exercida pela Índia. Com efeito, a pertença ao grupo BRICS é aqui perfeitamente enquadrável e compreensível.

No plano regional, o interesse cimeiro da Índia não são os mercados adjacentes em si, mas antes as possibilidades de conexão com cadeias globais de valor, uma vez que o sector mais competitivo das exportações do país são os serviços. Não ignorando os interesses económicos com os pequenos mercados que a rodeiam, são as questões geopolíticas que ditam as relações da Índia na sua envolvente regional. A cartada chinesa, isto é, a possibilidade de manipular a aproximação com Pequim, que Nova Deli joga com os seus vizinhos, permite-lhe obter concessões decisivas, numa política definida por *Neighbourhood First*. A gestão deste equilíbrio no seio do grupo BRICS não é, portanto, fácil.

## BRICS 2024: The Cement for Global South based Multilateralism?

Lisa Thompson

Political economist and development policy specialist based at the University of the Western Cape and a regular *op ed* analyst for *The Mail & Guardian*.

The BRICS Annual Summit for 2024 has created a great deal of media buzz a month ahead of the event. The Summit is scheduled this year to take place in Kazan, Russia, between the 22nd and 24th of October. BRICS Leaders, notably recently Vladimir Putin who has centre stage as Russia is the current BRICS Chair, have made strong statements on further expansion, a move which is seen as adding to the bloc's already huge economic footprint.

Certainly, the South African government has welcomed this, with the previous Foreign Minister Naledi Pandor commenting on the probable expansion in a meeting in Hong Kong in February this year. Most recently, the Russian Ambassador to South Africa, Ilya Rogachev, has commented on further expansion of the BRICS membership and President Putin has recently again affirmed that 34 states wish to apply and that processes for this are being put in place.

Ambassador Rogachev affirmed that this year's Summit would once again focus on the three BRICS cooperation pillars, namely: policy and security; economics and finance and finally, culture and humanitarian exchanges (the Chinese government refers 'people to people' engagements at many levels, including academic and other forms of educational exchange). The Summit Theme is *Strengthening Multilateralism for Just Global Development and Security*, alluding to the global recognition of the growing political power of the bloc.

As the wars in the Ukraine and Gaza drag on, the theme of this year's summit couldn't be more apt. In direct reference to what is seen as the weakening of multilateralism due to the failure of the United Nations to reform key institutions, the focus this year is directly towards repositioning global power dynamics more favorably towards states aligned with China. Along with this realignment comes the geostrategic goal, to concretely forge a Global South bloc reprioritising finance, trade and security for a more stable global world order.

Statements in advance on the part of the Russian government, that the Ukraine and Gaza conflicts will feature in discussions in terms of the geostrategic faultlines. The Russian government views the Ukraine war as an international war caused mostly by Western interference. This narrative has received some support from some BRICS states. However, recent threats of nuclear retaliation on the part of the Russian government if Ukraine uses of Western-supplied long-range missiles to target Russia, bring a new and dangerous aspect to the rivalry for BRICS allies.

Just prior to FOCAC 2024, in a display of the efficacy of the BRICS financial institutional cornerstone, the BRICS New Development Bank pledged R5 billion to the upgrading of South Africa's rail State Owned Enterprise Transnet. The SOE has battled to lift freight capacity after Covid lockdown. The NDBs potential role as an alternative source of small, low risk loans is considerable.

The BRICS significance in the global political economy has heightened significantly with the joining of five states, Egypt, Ethiopia, Saudi Arabia (attending meetings but not officially a member), Iran and United Arab Emirates. The planned further expansion of BRICS comes directly after

the hugely successful 2024 Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) Summit. The significance of this to South Africa and the continent is substantial in terms of bargaining power, although critics raise concerns about the democratic deficit.

China is acutely aware of the criticism of the term debt-trap diplomacy, referred to by the Chinese media a form of 'blackmail', despite the fact that in Sri Lanka, the Chinese did takeover the Hambantota Port, in repayment for debt default. The other main criticism levelled against BRICS is that there is no 'ideational glue' and nor is there a common vision, such as democracy. States in the South, browbeaten by development and democracy 'advice', including conditional loans, amongst other forms of interference, have become more outspoken towards the US critique and comments. Critics in South Africa point out that the US and EU have been inconsistent in upholding democratic principles, and dismiss this as Western bias.

To be factually fair, in Africa and Asia, the Chinese government and major lenders such as Exim Bank, have shown a more committed economic approach to realising the risks of high expense transport projects. Furthermore, China's changing priorities towards funding African development is illustrating that there is a willingness to adapt to African priorities and economic needs.

To date, high risk investments that have not paid off have been renegotiated, and in so doing, protecting both Chinese banks and African and Asian lenders. Two examples of such clemency stand out, namely in Africa, Kenya's Standard Gauge Railway (SGR) line, and in Asia, that of Laos, SGR.

Geostrategically, South-South cooperation relations look to be tighter than ever. Yet, it appears South Africa has got 'the memo' about building strategic partnerships in both the Global South and North, with the investment meeting in the US very recently.

Although the red carpet pomp and splendour of FOCAC and BRICS has been criticised by Western critics as 'appealing to the leaders' vanity', the critics tend to be less open to seeing the deferential and power-sharing tone sewn into FOCAC deliberations, very unlike the Western ethos that arose from the US driven modernisation debates of the 1960s to 1990s.

Aside from the emphasis on the need for a stronger multilateral system to curb Western 'bullying' as China often portrays the US tendency to vilify their expansion at any time, China's development cooperation emphasis on the principles of equality, fairness and mutually beneficial cooperation go far amongst the African political elite. The term soft power is woven into this China-Africa cooperation narrative and it extends to China's dominant role in BRICS as well.

The fact is that if China supports BRICS and African states' global arena in the UN and pushes for reform of key institutions in security, finance and economic development, this could radically further weaken the influence of the US and the EU states throughout Africa and Asia.

It is clear that, the US and the EU are trying to balance infrastructural influence, the Lobito corridor upgrade is being funded as a joint initiative to improve transport between Angola to the Democratic Republic of Congo and Zambia, in direct competition to the Tazara line upgrade. African and Asian states would do well to be strategic in managing the battle for influence between the superpowers in ways that enhance the power of the African continent's resource development and beneficiation.

The Digital Silk Road emphasising the need for cooperative governance and management of the digital revolution in Africa and China bodes well for the future and President Ramaphosa's contribution at FOCAC was a clear attempt to make it clear that in terms of African-Chinese engagement, 'win-win' cannot be a tokenistic slogan.

It is a unique time for Africa and Asia as the significance of the power of the Global South increases with plentiful natural resources that are required for technological innovation and the building of reliably alternative economic and financial arrangements. The battle for geostrategic influence will be the name of the global game for the next while. The BRICS following on the heels of a successful FOCAC is the moment to capitalise on Africa's burgeoning global economic strategic advantages, with many wins for Africa in general and South Africa in particular as China's largest trading partner on the continent.

## Brasil e a geometria variável

**José Palmeira**

Professor na Universidade do Minho e membro do Centro de Investigação em Ciência Política.

O Estado que todos os anos, em setembro, abre a série de discursos que pautam a Assembleia Geral das Nações Unidas, é consistente em reclamar para si um papel de maior revelo nas instâncias que gerem o sistema internacional. A obtenção do estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança voltou a ser reivindicada, em 2024, pelo Presidente do Brasil, coincidentemente com uma conjuntura internacional particularmente conflituosa, envolvendo, direta ou indiretamente, alguns dos principais atores políticos globais. A reforma das Nações Unidas é um tema recorrente, pelo menos desde 1995, ano em que a Assembleia Geral assinalou o seu cinquentenário, numa sessão presidida pelo português Diogo Freitas do Amaral. Os aspirantes a um maior protagonismo são países que fazem parte do grupo dos BRICS, como o Brasil e a Índia, mas também a Alemanha e o Japão, para além da inclusão de um país africano. A estratégia brasileira tem passado por uma concertação de posições com outros candidatos, através de uma geometria variável. A dificuldade em alterar o *statu quo* estabelecido após a Segunda Guerra Mundial tem levado à criação de instituições *ad hoc*, como o G20 e o G77, onde Brasília procura marcar a sua influência, orientada pelo multilateralismo e com uma agenda voltada para a resolução dos conflitos e o combate aos efeitos das alterações climáticas que afetam regiões como a Amazônia. Neste âmbito, o país assumirá particular protagonismo em 2025, ao acolher a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30).

No centro das atenções estão, igualmente, questões económicas e sociais, a que o Brasil é sensível tanto no plano interno como externo, onde se nota um alinhamento da política externa brasileira pelos argumentos do chamado Sul Global, nome que cunha um grupo de países que têm em comum a sua contestação à ordem económica e monetária liderada pelos Estados Unidos (vulgo Ocidente), embora não sejam

unânimes na alternativa que propõem. Os países com economias ditas emergentes associaram-se em tornos dos BRICS – em 2024 alargado a cinco novos países (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irão, Egito e Etiópia) – que dinamizaram a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, a que preside, desde 2023, Dilma Rousseff, ex-titular do Palácio do Planalto. O Brasil está ligado aos primeiros movimentos contestatários da chamada globalização, através do Fórum Social Mundial que reuniu pela primeira vez em Porto Alegre, em 2001, mas, simultaneamente, um seu diplomata, Roberto Azevêdo, foi diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (2013-2020), a entidade que tem sido responsável pela liberalização do comércio mundial que é uma das marcas do sistema global. Apesar do seu reconhecido potencial em termos de recursos naturais e humanos, o Brasil tem tido dificuldade em ver reconhecida a sua liderança na esfera regional, por razões endógenas e exógenas. A polarização política interna, aliada à instabilidade política de alguns dos seus vizinhos latino-americanos, tem afetado o funcionamento pleno de áreas de cooperação como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) que mantém com a União Europeia um longo processo de negociação, tendo em vista um acordo entre os dois blocos económicos. A influência de Brasília estende-se à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) que coopera com a União Europeia no âmbito de projetos de investimento conjuntos (EU-LAC Global Gateway Investment Agenda). Entretanto, no decurso da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atómica, realizada em 2024, Brasília e Washington renovaram um acordo de cooperação em matéria de energia nuclear, que remonta a 1976, tendo em vista a regulação e a manutenção dos respetivos reatores. A República Popular da China tem assumido, nos últimos anos, um papel de maior protagonismo no plano económico, sendo o Brasil o seu principal parceiro na América Latina. A cooperação bilateral, apelidada de "estratégica" (à semelhança do que acontece entre o Brasil e a União Europeia), abrange os mais diversos domínios e tem como "guarda-chuva" o espaço multilateral dos BRICS. No plano político, o Brasil

e a China são subscritores de um plano de paz para a guerra na Ucrânia que continua a dividir os beligerantes. O peso político do Itamaraty, símbolo da diplomacia que marcou a política externa brasileira ao longo de décadas, tem vindo a esvanecer-se face ao maior protagonismo de lideranças políticas com agendas próprias. No entanto, traços como o “não alinhamento”, a autonomia estratégica e a segurança do Atlântico Sul, ainda se vislumbram como basilares, pese embora desvios conjunturais. O corolário é o de que o Brasil vê vantagens geopolíticas numa estratégia de geometria variável com os diferentes atores globais, ora se aproximando ora se afastando de acordo com os seus interesses pontuais. A dúvida é se essa geoestratégia, podendo ser válida num contexto multilateral de cooperação, também o será num clima de “Guerra Fria”, como o que atualmente se pressente, em que o apelo a tomar partido por um dos lados é muito forte.